

INTRODUÇÃO

O ser humano é, por natureza, um ser social e, desde os tempos mais remotos, ele organiza-se em comunidades, estabelecendo relações de vária ordem, pautadas por um sistema de direito, em ordem a uma desejável sã convivência entre si. Ora, essa ordem pode ser violada ficando sujeita a várias prescrições legais, de caráter mais ou menos punitivo, entre as quais, como forma mais gravosa, surge a prisão.

Quando falamos em prisões em geral, estamos, pois, perante espaços criados e definidos pela sociedade, sujeitos a ordenamentos jurídicos específicos, destinados a colmatar, na medida do possível, os danos causados por aqueles que aí se encontram, e a promover uma reinserção positiva na sociedade.

E, quando falamos em presos em geral, estamos, pois, perante pessoas que classificamos, em função do espaço onde se encontram, como detidos, encarcerados, presidiários, prisioneiros ou reclusos, resultante da prática de crimes ou ilícitos que os ordenamentos legais em vigor, por esse mundo fora, implicam.

Em todo o caso, para além de todas as considerações mais ou menos genéricas, estamos perante “pessoas”, com a mesma constituição biológica das outras pessoas; com carne e ossos como as outras pessoas; com pais, avós, esposos, esposas, filhos, familiares e amigos como as outras pessoas; com anseios, esperanças e sonhos como as outras pessoas; com falhas e erros como as outras pessoas. No entanto, uma parte considerável da sociedade, tem tendência a acentuar, na natureza destes seres humanos, as suas falhas e erros, exigindo uma justiça dura e crua, que lhes sirva de castigo e de lição. O acento em tal dimensão da pessoa, em detrimento dos seus anseios, esperanças e sonhos, coloca em causa a tal reinserção positiva, proclamada pelas leis em vigor, mas contrariadas pela realidade da reincidência e de múltiplas formas de desespero e de revolta interior geradas na prisão. De facto, a prisão, quase sempre, infelizmente, gera mais mal do que bem (raiva latente e patente, formas de organização criminosas, tráfico e consumos de drogas, comportamentos sexuais de risco, entre outros). Tal situação deve chamar-nos a atenção, desde logo, para as fragilidades de uma justiça mais vindicativa do que restaurativa, mais de castigo e de punição do que de reabilitação, mais de humilhação e de domínio do que de autonomia e elevação do ser humano.

Longe de procurar resolver todos esses problemas que dizem respeito ao sistema prisional em geral e às pessoas privadas de liberdade em particular, o que se pretende aqui é tão só, com base em algumas reflexões e vivências de um simples visitador prisional, chamar a atenção para o facto de que as pessoas privadas de liberdade existem e necessitam de um olhar e de um tratamento mais humanos, reveladores de uma sociedade mais humanista. As pessoas presas não nasceram predestinadas a essa situação. São fruto de uma sociedade que, amiúde, não presta a atenção devida aos mais frágeis. É importante ter sempre bem presente que a pessoa condenada à prisão, cumprido o seu castigo, regressará à sociedade. O grande desafio que se coloca a esta é o de criar condições para que, quem foi preso, não volte a sê-lo. Se assim não for, prova-se que a prisão não produz os efeitos que lhe estão subjacentes. Neste âmbito, pressente-se que ainda há um longo caminho por percorrer para que sejam mais eficazes as medidas preventivas, punitivas e de reinserção.

No meio desta realidade, ninguém está dispensado de dar o seu contributo para que haja menos pessoas presas, para que as prisões sejam lugares de reabilitação e para que a sociedade seja espaço de recomeço de uma nova vida. Por razões óbvias, os cristãos, de um modo particular, são chamados a terem “um olhar especial”, a serem um sinal de esperança e de misericórdia, tanto para o sistema prisional em geral como, sobretudo, para as pessoas concretas que se encontram privadas de liberdade. É que Jesus Cristo também se identifica com os presos (cf. Mateus 25, 36). Ele esteve preso, e continua na prisão, à espera que O

visitem. Desta identificação de Jesus com os presos nasce a obra de misericórdia “visitar os presos”, que se apresenta como um grande desafio para os que se dizem cristãos e que é um sinal efetivo do sentido existencial do cristianismo.

Com este trabalho, através da pergunta e exclamação “Amar os presos?!” , pretende-se, pois, simplesmente, “olhar” para a realidade prisional e, sobretudo, para as pessoas privadas de liberdade, com um olhar humano e cristão, com tudo o que isso implica. Mais do que perante meras estatísticas, estamos a falar de pessoas, que somos chamados a amar, para além das suas falhas, no meio de múltiplas inquietações, preconceitos e inseguranças.

Ter-se-ão em conta, de um modo especial, algumas inquietações pessoais e alguns contributos que tais inquietações provocaram e continuam a provocar. Mais do que qualquer intuito e ousadia de dar lições sobre o que quer que seja, pretendo apresentar, de uma forma simples e natural, alguns contributos que as vivências desta realidade, na última década, têm suscitado em mim, enquanto “visitador prisional”¹, como um dos modos de procurar dar sentido ao ser cristão no tempo e no espaço que me é dado viver. Nesse sentido, recorrer-se-á a alguns fundamentos dessa ação, de caráter antropológico, bíblico e eclesial, na tentativa de encontrar respostas válidas e iluminadoras para essa mesma experiência.

De referir, desde logo, que o contexto onde me movo é o da Pastoral Penitenciária, ou seja, da presença da Igreja católica em meio prisional e, como tal, o meu olhar perante esta realidade é de mais um cristão católico que o tenta ser, na prisão e no contexto envolvente, ou seja, aqui e agora.

Este “aqui e agora” tem sido marcado, nos últimos tempos, pelo contexto de pandemia que estamos a viver resultante do vírus COVID-19, que alterou vivências e formas de estar em todas as dimensões da vida pessoal e social, com a suspensão, cancelamento e redefinição de múltiplas atividades.

Neste contexto, as prisões e as pessoas que nelas se encontram, e todos aqueles que com elas se relacionam também foram e continuam a ser afetadas por estas circunstâncias. A suspensão de visitas no âmbito da assistência espiritual e religiosa tem sido uma constante, com a impossibilidade de estar junto das pessoas em situação de privação de liberdade e com a dificuldade de estabelecer qualquer outro tipo de comunicação com as mesmas. Assim, todos temos tentado adaptar-nos a novas formas de estar, ora com atitudes reativas, ora com atitudes proativas, mas com a sensação de que a impossibilidade da presença uns com os outros (visitadores e pessoas visitadas) está a causar danos e vai causar danos, de difícil mensurabilidade, sobretudo, a nível do bem-estar integral de todos os envolvidos nesse processo.

Seja como for, muitos “visitadores” envolvidos nesta dimensão pastoral têm tido alguns sinais de presença neste contexto, com sentido de Missão e com alguma criatividade, e sabem que a Esperança é palavra de ordem para os momentos e para as vidas marcadas pelas dificuldades e fragilidades que apresentam. Assim, sejam quais forem as circunstâncias que as nossas prisões e as pessoas que aí se encontram atravessam, o título deste trabalho continua sempre a vibrar no ouvido e, sobretudo, no coração do “visitador prisional”, mais em jeito de afirmação do que em jeito de pergunta e de admiração.

O percurso que a seguir se apresenta é, pois, mais um eco desse vibrar do coração perante pessoas muito especiais, que terá em conta três pontos essenciais:

- I. Sobre o Sistema Prisional - Das estatísticas às pessoas;
- II. Sobre o Sentido do Amor - Da relação humana à fraternidade;
- III. Sobre o “Amor aos Presos” - Das inquietações aos contributos de um visitador prisional,

¹ “Visitador prisional” é o meu posicionamento principal enquanto autor desta partilha. Mais importante do que o nome do autor, pretende incidir-se sobre algumas das minhas vivências enquanto “visitador prisional”, respeitando, ao mesmo tempo, todo um conjunto de visitadores que têm sido, ao longo dos últimos anos, um exemplo e uma inspiração para mim.

no sentido de chegar à “necessidade” de “Amar os Presos”, enquanto caminho percorrido das interrogações às convicções.

Muitos destes contributos já estavam delineados antes do início da pandemia, mas essa situação e outros condicionalismos pessoais e da Pastoral Penitenciária levaram a alguns adiamentos, pelo que aproveitámos para fazer a atualização de alguns conteúdos tendo em conta o período de pandemia.

Neste percurso, o falecimento do Pe. João Gonçalves, Coordenador Nacional da Pastoral Penitenciária, ocorrido a 8 de dezembro de 2020, depois de uma árdua luta contra uma doença, é visto pelo autor desta partilha como ponto de chegada de uma caminhada conjunta de cerca de doze anos de vida e, ao mesmo tempo, como ponto de partida inspirador para continuar a ter em conta o seu exemplo de entrega às pessoas mais frágeis e, de um modo especial, às pessoas em situação de privação de liberdade. Assim se justifica esta partilha, que transparece uma memória de dedicação pessoal a esta causa, com as suas constantes inquietações, donde resultaram oportunidades e contributos que poderão ser úteis, antes de mais, ao próprio, mas também aos assistentes espirituais e religiosos prisionais, aos seus colaboradores, aos voluntários prisionais, aos que trabalham em contexto prisional, aos que são indiferentes a esta realidade e até aos que a contrariam e, sobretudo, aos verdadeiros destinatários de todas essas inquietações e contributos, ou seja, às pessoas que estão ou que estiveram em situação de privação de liberdade.

De referir ainda que, no âmbito desta missão, para além das pessoas que estão ou que estiveram em situação de privação de liberdade, o grande beneficiário é, no fundo, a sociedade em geral, pois, com pessoas (re)inseridas, ela será mais coesa, mais justa, mais fraterna e, assim, mais feliz. Eis o caminho que, através desta partilha, me proponho percorrer!